



Portugal esteve prestes a perder 4 Deputados

- Paulo Rangel liderou o grupo dos “países médios”
- Portugal perderá apenas 1 Deputado

Pg. 5



SEM FRONTEIRAS

Sem Fronteiras é o título do oportuno e informativo livro de **José Manuel Fernandes**. Um livro que elenca os programas para jovens e refere as oportunidades sem fronteiras da nossa Europa Comum: do Mercado Único à **livre circulação no espaço Schengen**.

A ausência de fronteiras internas leva a que tenhamos de **confiar mutuamente** no controlo que todos os Estados-Membros fazem das suas **fronteiras externas**. E obriga a que, com rapidez e segurança, **dados e alertas sejam partilhados** entre as autoridades policiais e judiciais competentes.

Um cidadão de um país terceiro procurado pela justiça portuguesa deve ser identificado (e detido, se for o caso) ao entrar na fronteira alemã, e vice-versa.

Ao fim de vários anos **entrou em funções o SIS-II** (o sistema de informações de Schengen) e, uma vez mais, **Portugal foi pioneiro** nesta área: Fomos o primeiro País a entrar no SIS-II. Parabéns ao **Ministro Miguel Macedo!**

Com o SIS-II, “sem fronteiras” é sinónimo de **livre circulação com mais segurança!**

Carlos Coelho quer mais segurança dos Passaportes

Pg. 7



José Manuel Fernando lançou livro intitulado “Sem Fronteiras”

Pg. 16

Graça de Carvalho defende Política Industrial Moderna

Pg. 14

Relatório sobre Fundos de Empreendedorismo Social Europeus conta com o apoio de Regina Bastos

"Considero essencial que os investimentos destes fundos sejam tornados mais claros e transparentes e **que seja mais fácil investir em empreendedorismo social**" afirmou em Estrasburgo a Deputada Regina Bastos ao apoiar o relatório sobre os fundos de Empreendedorismo Social Europeu.

Tem surgido na União Europeia um **mercado de investimento social**, preponderantemente constituído por fundos de investimento orientados para as empresas sociais onde o investimento é ainda incipiente. Este regulamento enquadra-se na iniciativa de empreendedorismo social apresentada pela Comissão em Outubro de 2011.

Regina Bastos sublinhou que *"os fundos de empreendedorismo social oferecem financiamentos às **empresas sociais que funcionam como motores de mudança social e crescimento económico** enquanto desenvolvem a sua actividade."*

Os fundos de empreendedorismo social contribuem para a concretização dos objectivos da *"Estratégia Europa 2020"*. Esta legislação tem em conta as características especiais das empresas sociais cujo principal objectivo é **obter um impacto social positivo**.

O regulamento agora aprovado estipula requisitos uniformes para os gestores de organismos de investimento colectivo que pretendam utilizar a denominação **"Fundo de Empreendedorismo Social Europeu"** (FESE) e as condições para a comercialização de organismos de investimento colectivo sob esta denominação, contribuindo assim para o **bom funcionamento do Mercado Interno**. Define ainda as regras de cooperação em matéria de supervisão destes fundos de modo a garantir uma actividade transparente e eficaz. 



Os fundos de empreendedorismo social oferecem financiamentos às empresas sociais que funcionam como motores de mudança social e crescimento económico enquanto desenvolvem a sua actividade.



Segurança no Espaço Schengen Reforçada

Carlos Coelho aplaude Portugal

Portugal foi o 1º Estado-Membro a aderir ao novo Sistema de Informação de Schengen (SIS-II), que entrou em funcionamento dia 9 de Abril, assegurando a partilha das informações entre os Estados-Membros do Espaço de Schengen 365 dias por ano e 24 horas por dia.

“Com o SIS II (2ª geração do Sistema de Informação de Schengen) reforçamos a segurança e protegemos a livre circulação dos cidadãos europeus” afirmou Carlos Coelho, Relator permanente do Parlamento Europeu para Schengen.

O SIS II representa um reforço da segurança dos cidadãos porque:

- permite maior eficácia que o SIS I (mais dados, maior velocidade e mais segurança na transmissão das informações);
- introduz novos tipos de dados (designadamente dados biométricos como impressões digitais);
- possibilita novos tipos de alerta (como o mandado de detenção europeu);
- contem novas funcionalidades (como a consulta inteligente da base de dados cruzando as informações).

O novo sistema reforça igualmente a protecção dos dados pessoais, o papel de supervisão da Autoridade Europeia de Protecção de Dados e das autoridades nacionais competentes que terão que cooperar no âmbito das suas funções.

Carlos Coelho considerou a entrada em vigor deste sistema como *“um passo muito relevante e na boa direcção para uma gestão europeia de Schengen, protegendo a livre circulação dos cidadãos europeus e reforçando a sua segurança”*.

Recusando soluções intergovernamentais *“que já demonstraram não funcionar”* Carlos Coelho fez votos para que a Comissão Europeia e os Estados-Membros *“tenham aprendido com os erros que se verificaram neste processo”*. Com efeito, inicialmente estava previsto que o SIS II iniciasse funções em 2007 mas este calendário sofreu um atraso de 6 anos e um aumento indesejado de custos.

Para Carlos Coelho, o SIS (Sistema de Informação de Schengen) é a coluna vertebral da Europa sem Fronteiras, do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. 

Carlos Coelho e José Manuel Fernandes questionam medidas de Cameron contra cidadãos comunitários

Em pergunta dirigida à Comissão Europeia, os Deputados do PSD, Carlos Coelho e José Manuel Fernandes, exigem que a Comissão Europeia se pronuncie sobre a compatibilidade das medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro britânico David Cameron com a legislação europeia em vigor.

Os Deputados social-democratas referem que *“David Cameron anunciou uma série de medidas com o intuito de restringir o acesso de imigrantes, nomeadamente os que provenham de outros Estados-Membros da União, o acesso aos apoios sociais e ao sistema de saúde britânico”*. Recordam ainda que a legislação europeia

parece ser clara: *“De acordo com a Directiva 2004/38/CE qualquer cidadão da UE tem direito a deslocar-se a um outro Estado-Membro munido de um documento de identificação válido. Nas estadas superiores a 3 meses, exige-se que esse cidadão ou exerça uma actividade profissional, ou seja estudante, fazendo prova de que dispõe de recursos suficientes e de um seguro de doença para não se tornar um encargo para a segurança social do Estado-Membro de acolhimento.*

Por outro lado, o Regulamento Nº 492/2011 garante aos trabalhadores migrantes a possibilidade de exercerem a sua actividade profissional nas mesmas condições que os trabalhadores

nacionais, sendo proibido qualquer tipo de discriminação. Os trabalhadores migrantes são, assim, equiparados aos trabalhadores nacionais em todos os domínios, nomeadamente no que diz respeito a poderem beneficiar das mesmas vantagens sociais”.

Na pergunta à Comissão Europeia, Carlos Coelho e José Manuel Fernandes sublinharam que o Parlamento Europeu e as outras instituições comunitárias *“têm vindo a trabalhar incessantemente no sentido de suprimir eventuais obstáculos, que ainda possam persistir, à livre circulação, valorizando o conteúdo da cidadania europeia”*. 

8 de Março - Dia Internacional da Mulher (Intervenção de Regina Bastos)

O Dia Internacional da Mulher deve promover e celebrar o desempenho das mulheres face à crise, o seu contributo para a retoma do crescimento e a luta contra os estereótipos.

As mulheres são confrontadas com uma crise silenciosa e perniciosa que agrava e enfraquece a sua posição. Antes do início da crise económica e financeira, o desemprego, o trabalho precário, o trabalho a tempo parcial e os salários baixos já atingiam mais as mulheres do que os homens. Hoje, no âmbito das políticas de austeridade, o risco das mulheres caírem na pobreza aumentou.

A retoma económica será acompanhada por um aumento da procura de pessoas com elevadas qualificações. As mulheres mais jovens, que são, em média, mais diplomadas do que os homens, representam um enorme conjunto de competências. Elas são verdadeiras armas para a competitividade das empresas europeias que não podem ser desperdiçadas.

Temos também que continuar a lutar vigorosamente contra todos os estereótipos relativos ao trabalho das mulheres. Como, por exemplo, a ideia de que o desemprego das mulheres é menos dramático do que o dos homens.

Além disso, a persistência de uma disparidade salarial de 16,2% ou seja cerca de 59 dias de trabalho não remunerado, é um escândalo na Europa no século XXI. 



Graça Carvalho recebe medalha de ouro do Instituto Politécnico de Lisboa pelo papel desenvolvido na área da educação

Maria da Graça Carvalho foi distinguida com a **medalha de ouro do Instituto Politécnico de Lisboa, pelo papel de relevo desempenhado na área da educação.**

A homenagem à antiga ministra da Ciência e do Ensino Superior, decorreu na **cerimónia do 27.º aniversário do IPL**, no dia 25 de Março às 14h30, na Escola Superior de Música de Lisboa.

Maria da Graça Carvalho, que está ligada ao mundo da educação há mais de 30 anos, afirmou estar **“muito honrada em receber esta medalha”** e considerou **“esta homenagem muito significativa”**.

Na qualidade de **membro do Parlamento Europeu e das Comissões ITRE e dos Orçamentos**, Maria da Graça Carvalho tem esta-



de envolvida na preparação do Orçamento Europeu 2014-2020, tanto na capacidade de relatora do programa específico de execução Horizonte 2020, como na capacidade de

Deputada do PPE responsável pelas áreas da ciência, inovação, energia, ambiente, alterações climáticas e espaço.

Neste âmbito, a Deputada proferiu **um discurso subordinado ao Ensino Superior e a Ciência na Europa e o impacto de programas Europeus tais como o H2020 e o Quadro Estratégico Europeu neste domínio.**

Na cerimónia, esteve presente o presidente do IPL, Prof. Doutor Vicente Ferreira, e foram distinguidos alunos que, em 2012, receberam prémios de cariz nacional ou internacional. Os ex-vice presidentes do IPL e funcionários, aposentados, no ano passado, receberam medalhas de prata, como reconhecimento dos serviços prestados à instituição. O evento teve momentos musicais com a participação de alunos da Escola Superior de Música. 

“Foi um Processo Longo e Difícil mas Conseguimos Evitar a Perda de 4 Deputados para Portugal!” - Paulo Rangel

Nos últimos dois anos Paulo Rangel liderou um grupo dos chamados “países médios” que conseguiu evitar a perda de 4 deputados para Portugal. Nas próximas eleições europeias Portugal perde apenas um Deputado: passa de 22 para 21. O assunto só ficará definitivamente fechado com a aprovação pelo Conselho.

Portugal esteve perto de perder 4 deputados mas **“uma intensa e dura campanha” liderada pelo Deputado Paulo Rangel nos últimos dois anos conseguiu limitar a perda a apenas um lugar.** O relatório sobre a recomposição dos lugares no Parlamento Europeu foi aprovado por larga maioria na Comissão dos Assuntos Constitucionais e no plenário em Estrasburgo.

A representação parlamentar dos chamados “países médios”, entre os quais se encontra Portugal, vai ser reduzida mas o impacto da adesão da Croácia no número de deputados portugueses no Parlamento Europeu será menor do que chegou a estar em cima da mesa.

Portugal, Roménia, Grécia, Bélgica, República Checa, Hungria, Bulgária, Irlanda, Croácia, Lituânia e Letónia vão perder apenas um Deputado nas próximas eleições europeias de 2014, e não 4, como chegou a estar previsto. O critério para a escolha dos países foi a de provocar o menor prejuízo possível a cada país e de só atingir aqueles países que, de acordo com outras soluções estudadas, teriam sempre que perder um ou mais deputados.

Há dois anos que Paulo Rangel está a liderar o “grupo informal dos países médios” constituído com o objectivo de evitar uma perda superior a um Deputado para Portugal.

O Tratado de Lisboa impõem um limite máximo de 751 deputados no Parlamento Europeu e com a entrada da Croácia na UE em 2013 a Comissão dos Assuntos Constitucionais teve que apresentar uma proposta para a redistribuição dos lugares.



“...continuar a privilegiar o critério da dimensão populacional, é evidente que o Parlamento Europeu não pode obedecer a um princípio proporcional puro e duro...”

“A solução encontrada é equilibrada e razoável para todos os Estados-membros, tanto mais que se estabeleceu que uma futura reforma da composição do Parlamento ficará sempre dependente uma nova distribuição de votos no Conselho e nas instituições da União Europeia em geral.” afirma o Deputado Paulo Rangel, o único português com assento permanente na Comissão dos Assuntos Constitucionais.

“Enquanto o Conselho traduzir não apenas a representação de cada Estado e, ao invés, continuar

a privilegiar o critério da dimensão populacional, é evidente que o Parlamento Europeu não pode obedecer a um princípio proporcional puro e duro. No Parlamento Europeu os Estados têm de estar sobre-representados, numa escala de proporcionalidade degressiva, ou seja o peso de um Estado há-de ser proporcionalmente superior ao seu peso demográfico”, explica Paulo Rangel. Depois da aprovação pela Comissão dos Assuntos Constitucionais, o plenário do Parlamento terá que votar a proposta. O dossier da redistribuição do número de lugares só ficará concluído com a aprovação pelo Conselho. 

Mobilidade favorece qualificação e emprego dos jovens

José Manuel Fernandes promoveu visita da eurodeputada alemã Monika Hohlmeier ao Norte de Portugal, para dar a conhecer métodos de formação e qualificação dos jovens, permitindo simultaneamente estimular **parcerias com empresas alemãs**.

Fomentar a concretização de pontes e plataformas de cooperação entre instituições de formação superior e profissional em Portugal e organismos empresariais da Alemanha foi o objetivo que levou o Eurodeputado José Manuel Fernandes a promover uma visita da colega parlamentar alemã Monica Hohlmeier ao Norte de Portugal.

A iniciativa permitiu dar a conhecer os métodos de formação e a realidade do mercado de trabalho português, permitindo dar passos concretos para viabilizar formas de cooperação ao nível da formação e do emprego entre as realidades distintas nos dois países.

No âmbito da visita, Monika Hohlmeier esteve na Universidade do Minho e na Escola de Enfermagem em Braga, passando depois pela Escola Profissional Amar Terra Verde (EPATV) em Vila Verde. Acompanhada por José Manuel Fernandes, a Deputada alemã no Parlamento Europeu esteve ainda na Escola Superior de Enfermagem do Porto, tendo ainda a oportunidade de se encontrar com o diretor do Centro Regional do Norte do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Perante o **atual quadro europeu de desemprego jovem** em contraponto com quatro milhões de vagas de emprego, o eurodeputado José Manuel Fernandes sublinhou a importância de promover a mobilidade dos jovens no espaço europeu, sobretudo em algumas áreas onde as debilidades de um país podem ser colmatadas com a ajuda de outro Estado-Membro.

Salientou, sobretudo, o facto dos jovens poderem trabalhar na Alemanha, adquirir competências fora do país, e, no regresso aplicá-las em empresas alemãs instaladas em Portugal.

No contacto com as instituições nortenhas, Monika Hohlmeier mostrou-se extremamente satisfeita com a qualidade de formação



desenvolvida em Portugal e com o nível de qualificação dos jovens portugueses.

Realçando que de facto a **Alemanha tem grandes necessidades de recursos qualificados** em várias áreas de atividade - nomeadamente na saúde, engenharia e ciências sociais -, a eurodeputada vincou que o objetivo não é incentivar os jovens a emigrar, mas fomentar a mobilidade, tornando os países mais competitivos.

A disponibilidade alemã para cooperar com as instituições portuguesas, no sentido de melhorar as capacidades de empregabilidade e desenvolvimento profissional dos jovens, foi bem acolhida pelas instituições portuguesas. Dos encontros avançou a possibilidade de a formação superior dos jovens portugueses incluir **estágios na Alemanha** e também **protocolos de cooperação com empresas alemãs** sediadas em Portugal.

A eurodeputada Monika Hohlmeier (ex-Secretária de Estado no Ministério do Ensino e da Cultura e ex-Ministra de Estado no Ministério do Ensino e da Cultura na Baviera) é colega do eurodeputado José Manuel Fernandes na Comissão dos Orçamentos e, no Parlamento Europeu, integra também a Comissão especial sobre a Criminalidade Organizada, a Corrupção e o Branqueamento de Capitais.

Nuno Teixeira critica posição da Comissão quanto ao futuro regime de ajudas de Estado para a Madeira

Eurodeputado antevê vários efeitos negativos.

Nuno Teixeira criticou, durante a sessão plenária do Parlamento Europeu que decorreu em Estrasburgo, o futuro regime proposto pela Comissão Europeia para a **concessão de ajudas de Estado na Região Autónoma da Madeira**.

Para o Eurodeputado, *“caso a proposta da Comissão seja aprovada tal como hoje se apresenta, atingirá duramente o Centro Internacional de Negócios da Madeira, pois além de se retomar a proibição dos auxílios ao funcionamento às actividades financeiras, de seguros e intragrupo, alarga o âmbito das actividades consideradas proibidas e estabelece regras ainda mais apertadas”*.

De acordo com Nuno Teixeira, este regime, que se aplica não só à Madeira, como a todas as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, *“não permite que o princípio do **tratamento preferencial das RUP**, consagrado nos Tratados, possa efectivamente ser aplicado e ignora toda a experiência acumulada ao longo dos anos relativa às necessidades das RUP e aos resultados já aí alcançados com estes auxílios, ao exigir a demonstração de custos adicionais, os quais nas Regiões Ultraperiféricas resultam de constrangimentos permanentes”*.

Além disso, acrescenta o Eurodeputado, *“este regime vai totalmente contra a Estratégia da Comissão Europeia para as Regiões Ultraperiféricas, divulgada no ano passado, onde se afirma que o regime de auxílios regionais continuarão a consagrar um tratamento preferencial das RUP”*.



Carlos Coelho preocupado com a Segurança dos Passaportes Biométricos

O eurodeputado **Carlos Coelho** questionou, em Bruxelas, a Comissão Europeia e o Conselho sobre a **utilização de dados biométricos nos Passaportes e Documentos de Viagem** dos cidadãos europeus.

Em Janeiro de 2009, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram, em processo de co-decisão, alterações ao Regulamento de 2004 que pretendia melhorar e harmonizar as normas de segurança relativas à **protecção dos passaportes e documentos de viagem** dos cidadãos da UE, contra a sua utilização fraudulenta e, ao mesmo tempo, proceder à introdução de elementos de identificação biométricos.

O eurodeputado recordou que *“na altura, o PE chamou a atenção para o facto de ainda ser muito reduzido o nível de experiência relativo ao uso destas novas tecnologias e que era necessário encontrar as respostas mais adequadas para as preocupações existentes relativamente:*

- à *credibilidade e utilidade do uso de impressões digitais de crianças e pessoas mais idosas;*
- ao nível de confiança no **processo de recolha** de dados biométricos;
- ao nível das **taxas de falsas rejeições** e a necessidade de se criarem regras comuns relativas ao processo de “matching” nas fronteiras; às disparidades existentes entre Estados-Membros no que diz respeito aos documentos que podem ser utilizados para servir de base à emissão de passaportes (“breeder documents”).

Foi, assim, estipulada uma cláusula de revisão, de 3 anos, de forma a permitir que os estudos previstos no Regulamento, bem como os questionários necessários (de acordo com o estipulado na declaração conjunta anexa) fossem efectuados e, caso necessário, servissem de base para a revisão do Regulamento.

Passados mais de 3 anos Carlos Coelho frisa que **“parecem ser muitos os casos detectados de circulação de Passaportes falsos, emitidos com base em documentos falsos (ex. em França) e inúmeras as situações em que é impossível fazer**



“Parecem ser muitos os casos detectados de circulação de Passaportes falsos, emitidos com base em documentos falsos (ex. em França) e inúmeras as situações em que é impossível fazer a verificação das impressões digitais (por terem sido recolhidas de forma errada, o que as torna inúteis, e/ou por não ser possível verificá-las nas fronteiras, quer devido à falta de compatibilidade entre as tecnologias utilizadas pelos diversos Estados-Membros, quer por falta de comunicação das chaves de acesso)”.

a verificação das impressões digitais (por terem sido recolhidas de forma errada, o que as torna inúteis, e/ou por não ser possível verificá-las nas fronteiras, quer devido à falta de compatibilidade entre as tecnologias utilizadas pelos diversos Estados-Membros, quer por falta de comunicação das chaves de acesso)”.

Carlos Coelho quer que a Comissão esclareça:

- *“se já estão disponíveis os resultados dos es-*

tudos efectuados e que iniciativas a Comissão está a pensar apresentar, na sequência desses resultados?”

e saber se o Conselho:

- *“já dispõe das respostas aos questionários enviados aos EM’s (relativos à questão dos “breeder documents”) de acordo com o previsto na Declaração conjunta anexa ao Regulamento”.*

Impasse institucional relativamente aos planos plurianuais de gestão das pescas

Eurodeputada Patrão Neves intervém no debate em Sessão Plenária

A Eurodeputada social-democrata Maria do Céu Patrão Neves fez uma intervenção no debate sobre o impasse institucional relativamente aos planos plurianuais de gestão das pescas na Sessão Plenária em Estrasburgo, onde afirmou:

“Debatemos hoje, aqui, e mais uma vez, o bloqueio do Conselho aos planos de gestão plurianuais - questão que se arrasta desde 2009. O Parlamento Europeu mostra assim o seu inconformismo perante a situação presente, o empenho em a resolver e a expectativa que coloca na presidência irlandesa em a ultrapassar.”

A questão é dupla e urge resolvê-la. Ela é primeiramente de ordem política pelo total desrespeito do Conselho pelas novas competências de co-legislador que o Tratado de Lisboa atribuiu ao Parlamento. O Conselho não deveria ter receio desta reforçada democracia, devendo antes reconhecer que a colaboração entre as duas instituições serve melhor o objectivo comum da construção europeia. A questão é também de ordem ambiental, pela promoção da sustentabilidade dos stocks através da implementação de planos de gestão plurianuais - um modelo que a futura Política Comum das Pescas estabelece como regra.”



Com efeito, os planos plurianuais, baseados em pareceres científicos que reflectam as especificidades dos diferentes recursos e a diversidade das pescarias em águas europeias, contribuem para a sustentabilidade da exploração dos recursos pesqueiros, bem como para um melhor planeamento a longo prazo e uma maior estabilidade do sector; além disso, aqueles planos também podem contemplar disposições específicas que limitem as flutuações anuais dos totais admissíveis de captura (TACs), criando condições mais estáveis e previsíveis para os operadores da pesca da União. São, pois, uma indiscutível mais-valia para um sector europeu das pescas sustentável.”

Se não, como gerir os stocks sem planos plurianuais? E como implementar a futura PCP sem planos plurianuais? O que se propõe fazer a presidência europeia?” 

Se não, como gerir os stocks sem planos plurianuais? E como implementar a futura PCP sem planos plurianuais? O que se propõe fazer a presidência europeia?” 

“Resposta da UE a Situação de Chipre Provocou um Retrocesso Monumental” - Paulo Rangel

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, Paulo Rangel, afirmou que **“A forma como as instituições europeias lidaram com a situação de Chipre representou um retrocesso monumental. Em vez de progredirmos, tivemos uma regressão com efeitos imediatos em todos os países em ajustamento.”**

Paulo Rangel alertou que esses efeitos *“irão estender-se, no futuro, aos países que estão a ajudar os países em ajustamento.”*

Paulo Rangel interveio durante do debate

sobre a situação de Chipre que decorreu na sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

O Deputado ao Parlamento Europeu acrescentou *“É preciso encontrar respostas globais e europeias. Sem isso não haverá solução!”*, reconhecendo no entanto que **“para as crises bancárias não há soluções fáceis.”**

Paulo Rangel considera ainda que, apesar das instituições europeias terem reagido mal à situação de Chipre, a UE tem vindo a fazer um esforço para afinar os critérios. 



Deputado Madeirense apresenta propostas à *Task Force* do Turismo no PE

Nuno Teixeira em debate com o Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissário para a Indústria e Empreendedorismo propôs a criação de um grupo de **gestão de crises para o Turismo a nível europeu**. Numa troca de pontos de vista realizada no Parlamento Europeu, na Comissão dos Transportes e Turismo, na qual Nuno Teixeira é membro suplente, com a presença do Comissário para a Indústria e Empreendedorismo e Vice-Presidente da Comissão Europeia, **Antonio Tajani**, o Deputado Madeirense apresentou duas propostas ao Comissário, que o próprio já tinha endereçado à primeira *Task Force* do Parlamento Europeu.

Em primeiro lugar Nuno Teixeira sublinhou a importância da criação deste grupo de trabalho, *“não só por versar sobre a principal actividade económica da ilha da Madeira, mas sobretudo pelo poder potenciador desta área para o crescimento de toda a economia europeia.”* afirmou ainda que *“um programa concreto com metas e objectivos poderá dar o impulso necessário para a criação de uma verdadeira política de Turismo na União Europeia”*.



Dos cinco contributos temáticos que o próprio já tinha apresentado a este grupo de trabalho, Nuno Teixeira salientou dois. O primeiro diz respeito à criação e/ou constituição de um Grupo de Gestão de Crises para o Turismo. O Eurodeputado referiu a *“neces-*

sidade de a nível europeu haver um organismo que reduza os efeitos negativos junto dos media e dos operadores turísticos na sequência de uma catástrofe”. Dando o exemplo do **temporal de 20 de Fevereiro**, Nuno Teixeira referiu *“as informações imprecisas e as imagens excessivas que os media transmitem que depois não acompanham o processo de requalificação e limpeza, levando a cancelamentos que prejudicam toda a economia local”*.

No segundo ponto da sua intervenção o Deputado apresentou o **conceito de Estações Náuticas**, em desenvolvimento em Portugal, mas já implementado em Espanha e em França que *“permitirá não só combater a sazonalidade, uma vez que o público-alvo é bastante diversificado, como também funcionará como motor para o denominado Crescimento Azul. A Europa não pode perder esta oportunidade de crescimento para a indústria náutica e, conseqüentemente, para as regiões europeias.”*

No final do debate o Comissário agradeceu os contributos e afirmou que o seu gabinete iria analisar todas as propostas apresentadas neste debate. 

Relatório sobre como tirar melhor partido das medidas ambientais da UE conta com o apoio de Regina Bastos

“A aplicação ineficaz da legislação da UE em matéria de ambiente prejudica o ambiente e a saúde humana, gera insegurança para a indústria e cria obstáculos ao Mercado Único, bem como mais burocracia e, conseqüentemente, custos mais elevados.

Segundo dados da Comissão Europeia a não aplicação da legislação da UE em matéria de ambiente atinge actualmente o custo anual de 50 mil milhões de euros por

ano em despesas de saúde e custos directos para o ambiente.

Por outro lado, estima-se que a aplicação plena da legislação da UE no domínio dos resíduos gere, por si só, 400 000 postos de trabalho e uma economia de 72 mil milhões de euros anuais.

Nesse sentido, os EstadosMembros deverão tomar todas as medidas necessárias à preservação do ambiente e à promo-

ção de um desenvolvimento sustentável, tendo simultaneamente em conta a necessidade de uma economia saudável e competitiva.

Por seu lado, Comissão, enquanto guardiã dos Tratados, deve intervir mais cedo, de molde a permitir uma aplicação mais adequada e mais oportuna e deverá examinar o que é necessário para assegurar a transposição, a aplicação e o cumprimento correctos da legislação ambiental.” 

Patrão Neves com boas notícias da reunião com a Comissão das Pescas



A Eurodeputada social-democrata **Maria do Céu Patrão Neves** reuniu em Estrasburgo com a Comissão Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, Maria Damanaki. “Em agenda estiveram dois temas com enorme relevância para o sector das pescas nos Açores, nomeadamente a defesa das zonas marinhas bio-geograficamente sensíveis e da continuidade do programa POSEI Pescas”, afirmou Patrão Neves. A Comissão das Pescas comprometeu-se com o primeiro ponto e anunciou o reforço de 50% das verbas para o sector nas RUP.

Relativamente às zonas bio-geograficamente sensíveis, foi solicitado o apoio da Comissão Damanaki à proposta da autoria da Eurodeputada Patrão Neves que foi aprovada na Sessão Plenária em Estrasburgo. A este propósito, Patrão Neves referiu que “após a aprovação de duas emendas da minha autoria no Regulamento de Base da Política Comum de Pescas que visavam promover uma exploração sustentável dos recursos pesqueiros nas zonas bio-geografica-

mente sensíveis, o documento seguiu para a conciliação de posições entre o Conselho, Comissão e Parlamento Europeus.” Ainda neste âmbito “o Conselho apresentou uma proposta vaga e que enfraquece a questão da protecção das zonas bio-geograficamente sensíveis, motivo que me levou a solicitar o apoio e intervenção directa da Comissão Damanaki, pois trata-se de um assunto sobre o qual a Comissão revelou uma particular sensibilidade aquando da entrega da petição da minha iniciativa e assinada por todas as associações de pescadores da região”. Segundo Patrão Neves esta é uma boa notícia, pois “a Comissão veio ao encontro da nossa pretensão e comprometeu-se a defender o acesso restrito às zonas bio-geograficamente sensíveis no acesso à frota local, dentro dos limites do que a Comissão poderá fazer”.

No que concerne ao POSEI Pescas, a Eurodeputada Patrão Neves relembrou a Comissão Damanaki que enviou “uma pergunta escrita prioritária a questionar acerca da sua intenção de descontinuar este programa financeiro” e chamou

a atenção “para a sua enorme importância para a competitividade do sector das pescas dos Açores”. Neste contexto, Patrão Neves aproveitou para discutir com a Comissão Damanaki o relatório de avaliação externa ao POSEI Pescas “uma vez que, segundo o relatório, o regime de compensação estabelecido através deste programa tem sido coerente, eficaz e com uma carga administrativa razoável”, chamando atenção para o facto que “nos Açores a procura por parte dos beneficiários superou a disponibilidade orçamental, esgotando o envelope financeiro disponível”, facto que justifica uma revisão dos montantes concedidos aos Estados-Membros “de modo a compensar totalmente as necessidades e não apenas parcialmente, como é o caso actual nos Açores, ficando a faltar o relatório de avaliação da própria Comissão sobre este assunto”, segundo afirmou a Eurodeputada. Mais uma vez e de acordo com Patrão Neves “a Comissão comprometeu-se a disponibilizar ao Parlamento Europeu, até ao fim desta semana, o referido relatório”.

Ao finalizar, Patrão Neves referiu ainda que “esta intenção da Comissão de descontinuar o POSEI Pescas tem sérias implicações negativas, principalmente em termos políticos, pois no caso das pescas termina um programa específico de apoio aos custos e desvantagens competitivas inerentes à insularidade, abrindo igualmente um grave precedente para o caso da Agricultura e de outros sectores, para os quais a região pretenderia obter um programa POSEI, ao extinguir a discriminação positiva para as regiões ultra-periféricas consagrada no Tratado de Lisboa.” A Comissão afirmou que vai propor, ao Conselho e ao Parlamento Europeu, um aumento de 50% das verbas para o sector nas Regiões Ultraperiféricas e que considerava que o POSEI não se descontinua, apenas ficaria integrado noutra documento. Para Patrão Neves “deu-se um passo importante com este reforço financeiro para o sector, justificado por todos os estudos independentes que se conhecem dada a boa gestão dos pescadores Açorianos. Por outro lado manter-me-ei inflexível na defesa da continuidade do POSEI Pescas como um regulamento individualizado e o conjunto de deputados das Regiões Ultraperiféricas também já pediu uma reunião conjunta para reforçar esta mesma posição”. 

Mário David MPE - “A revolução no Egipto foi feita em nome Dignidade Humana, e da Liberdade! E o povo egípcio sente que tal ainda não chegou!”

O Deputado Europeu do PSD e Vice Presidente do PPE Mário David, interveio no plenário em Estrasburgo, no debate sobre a actual situação no Egipto, que contou com a participação da Alta Representante para a Política Externa da União europeia/Vice Presidente da Comissão Catherine. Mário David afirmou:

Cara Alta Representante,

Não há muito tempo e num documento aprovado nesta casa, bem como num outro documento assinado por V.Exa intitulado “Uma nova estratégia para uma vizinhança em mutação” delineava-se a “Parceria para a Democracia e a Prosperidade Partilhada com o Sul do Mediterrâneo.”

Dissemos então todos nós - Parlamento, Comissão e Conselho -, que a execução da nova política de vizinhança se baseava numa responsabilização mútua e num compromisso comum para com os valores universais dos Direitos Humanos, da Democracia e do Estado de Direito, da Economia de Mercado e do Desenvolvimento Sustentável e inclusivo.

O Princípio basilar desta Nova Política era “o mais por mais”... Lembram-se?...

Dizia-se então que “este apoio será tanto maior quanto mais rápidos e eficazes forem os progressos realizados a nível das reformas internas de cada país.”

Ora, a revolução no Egipto foi feita em nome da Dignidade Humana. Da Liberdade! E o povo egípcio sente que tal ainda não chegou!

Para que houvesse um futuro de esperança para todo e cada cidadão. É essa falta de esperança que continua a alimentar um povo que corajosamente sai diariamente à rua para demonstrar a sua desilusão!

Para que as diferentes comunidades possam coabitar pacificamente. Para que os direitos das minorias sejam respeitados!



“Este apoio será tanto maior quanto mais rápidos e eficazes forem os progressos realizados a nível das reformas internas de cada país.”

Pergunto-lhe, Cara Alta Representante: É isto que se está actualmente a passar no Egipto?

Não estaremos nós a promover “o mais por menos” com os recentes 5 mil milhões de euros disponibilizados? Já agora, para “quê e para quem” se destina esta verba?

E quanto ao apoio inequívoco à “Sociedade Civil”? Ou seja, quanto à chamada “parceria com as sociedades” no documento da Comissão ou “bottom-up approach” no documento do Parlamento? Estaremos nós a fazer o suficiente?

Obrigado! 

“Eurodeputado do PSD Nuno Teixeira em missão de observação na Venezuela”



“O deputado Nuno Teixeira integrou uma missão de observação à eleição em Caracas. Em declarações ao DIÁRIO, Nuno Teixeira começa por elogiar um “processo eleitoral mais expedito, sem tempos de espera nem as filas intermináveis” a que assistiu nas outras três vezes que esteve a observar actos eleitorais na Venezuela.

“Depois desta eleição temos um país dividido ao meio”, constata o Deputado. “É um desafio que estes dois blocos terão de enfrentar. Os dois actores políticos deste país terão de ter essa responsabilidade de encontrar consensos”.

Nuno Teixeira espera que não haja reflexos negativos para a sociedade venezuelana deste novo cenário político. “Comentava-se a possibilidade de haver alguma instabilidade”, revelou. “Tenho de elogiar a forma como os dois candidatos souberam prevenir esse cenário. Mas causa-me apreensão este impasse em que a Venezuela está”.

Nos contactos que teve com a comunidade portuguesa, notou-se a descrição habitual em relação a matérias políticas. “Percebi que

havia alguma esperança numa mudança”, disse. “As pessoas têm muito cuidado a referir-se aos temas políticos e eu respeito isso”.

O eurodeputado madeirense comentou também o sistema de votação electrónico que está implementado na Venezuela. Reconhece-lhe alguns méritos, mas continua a preferir o sistema tradicional adoptado pela maioria dos países da Europa. “Não estou convencido da bondade total do sistema electrónico”, concluiu o deputado, que ontem regressou a Estrasburgo.”

A Missão de Observação Eleitoral, conta ainda com a presença dos eurodeputados espanhóis **Gabriel Mato** e **Agustín Díaz de Mera**.

O eurodeputado do PSD salienta ainda “os importantes avanços no combate à pobreza”, tendo “diminuído, simultaneamente, a desigualdade económica entre os cidadãos”.

No entanto, Nuno Teixeira alerta que a insegurança e os índices de violência continuam bastantes altos, “sendo Caracas a terceira cidade mais violenta do mundo”.

Eurodeputado Mário David lança Grupo de Amizade UE-EAU no Parlamento Europeu

No dia em que lançou o Grupo Parlamentar de Amizade União-Europeia - Emirados Árabes Unidos, o Eurodeputado Mário David contou, como convidado de honra, com a presença de Sua Alteza Sheikh Abdullah bin Zayed bin Sultan Al Nahyan, Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos.

No almoço-debate do qual o Eurodeputado Português foi o anfitrião, estiveram presentes 18 deputados de várias famílias políticas com assento no Parlamento Europeu. Segundo Mário David, tal facto

demonstra bem o interesse no “estreitar relações com os EAU e a Liga Árabe”.

No balanço deste almoço-debate de lançamento do Grupo Parlamentar de Amizade UE-EAU, o Eurodeputado do PSD e Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os Países do Maxereque afirmou-se extremamente satisfeito com o sucesso do evento.

Sublinha ainda a importância da União Europeia trabalhar de uma forma mais próxima a sua relação com os Emirados Árabes



Unidos, membro activo do Conselho de Cooperação do Golfo.

“O Mar e a Engenharia como Pilares do Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores”



A Eurodeputada Patrão Neves interveio em Ponta Delgada no encontro subordinado às temáticas da engenharia e do mar, organizado pela Ordem dos Engenheiros

A Eurodeputada social-democrata Maria do Céu Patrão Neves fez uma comunicação oral no encontro intitulado “O Mar e a Engenharia como Pilares do Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores”, organizado pelo Colégio de Engenharia Naval e pela Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros, e que decorreu na sede regional em Ponta Delgada.

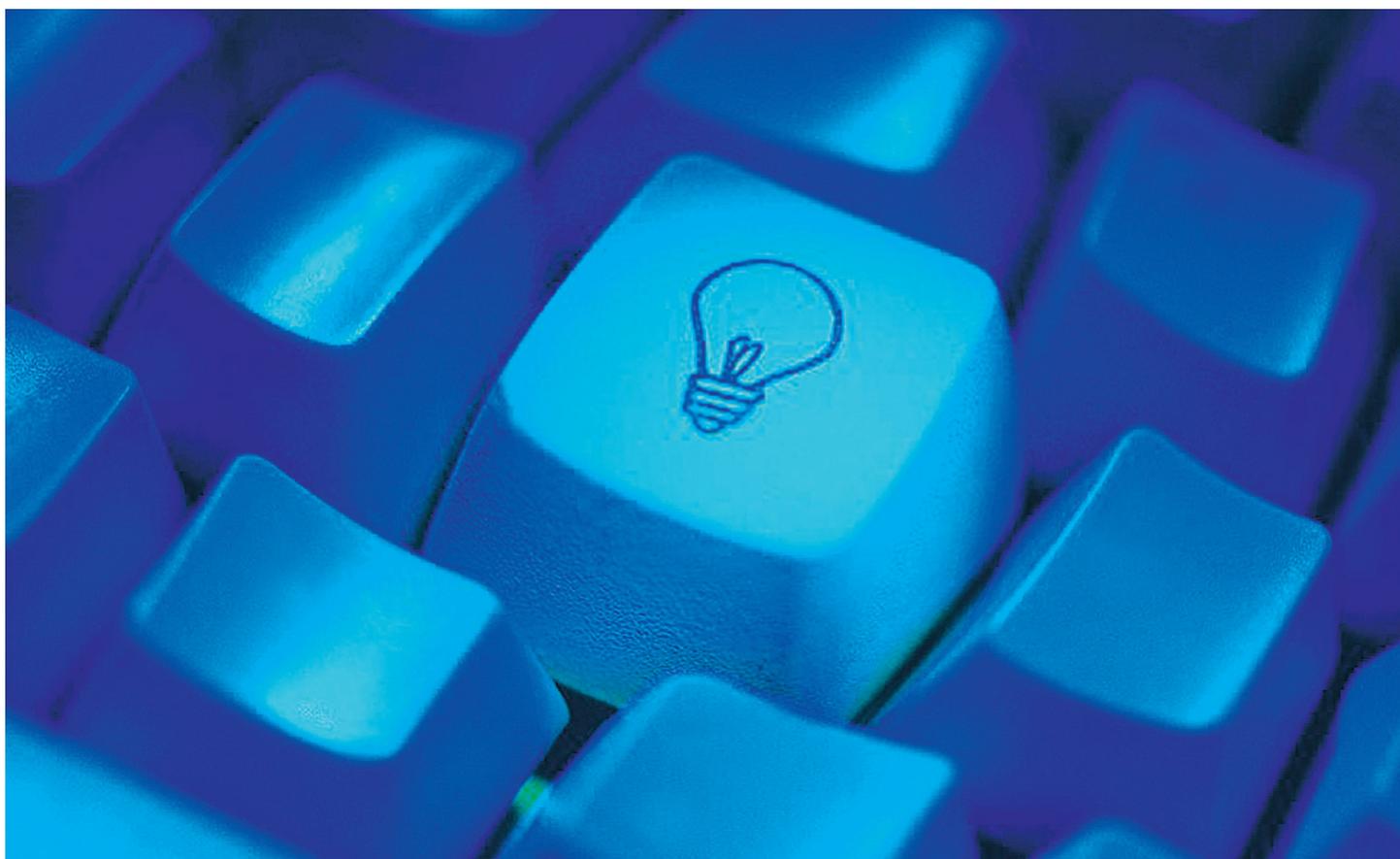
Esta intervenção de Patrão Neves, integrada no painel temático sobre “A Articulação das Políticas Marítimo-Portuárias: Visões Nacional e Regional” e intitulada “Políticas Marítimo Portuárias: O caso do porto da Praia da Vitória (Terceira)” focou sobretudo aspectos relacionados com a posição estratégica e potencial do porto oceânico da Praia da Vitória enquanto plataforma logística para o tráfego e comércio marítimo transatlântico, em particular entre os continentes europeu e americano.

Ainda no contexto desta intervenção sobre o porto da Praia da Vitória, a Eurodeputada

Patrão Neves enviou no passado dia 22 de Março uma carta ao Comissário Europeu do Comércio, Karel De Gucht, a enfatizar a localização geográfica do Arquipélago dos Açores na cordilheira dorsal do Atlântico, a sua posição estratégica a meio caminho entre a Europa e os EUA, e o potencial do porto oceânico da Praia da Vitória e respectivas infra-estruturas para a criação de uma plataforma logística transatlântica, factos que merecem um destaque acrescido após o recente anúncio do início oficial das negociações para o estabelecimento de um acordo de livre comércio entre a UE e os EUA. 



“Europa necessita de uma política industrial moderna baseada na inovação”



Maria da Graça Carvalho participou no debate da sessão plenária de Estrasburgo sobre a **Recuperação da indústria europeia à luz das actuais dificuldades**.

Durante a sua intervenção defendeu que **para fazer face ao desafio da globalização**, a estratégia de crescimento europeia necessita de **uma política industrial moderna baseada na inovação, na eficiência dos recursos e na qualificação dos recursos humanos**.

Para a Deputada o **papel da inovação é fundamental e é importante articular a política industrial com a estratégia de inovação**. Neste sentido, a política industrial tem que ter por base a eficiência de recursos, nomeadamente da energia, compatibilizando a

“O Papel da inovação é fundamental e é importante articular a política industrial com a estratégia de inovação. Neste sentido, a política industrial tem que ter por base a eficiência de recursos, nomeadamente da energia, compatibilizando a actividade industrial com o desenvolvimento sustentável.”

actividade industrial com o desenvolvimento sustentável. Maria da Graça Carvalho disse que também é **necessário desenvolver as capacidades para a inovação, através da educação e formação aumentando o número de cientistas e engenheiros na Europa**. A esse propósito referiu a **proposta de reindustrialização europeia lançada por Portugal** e mais quatro países europeus (Espanha, França, Itália e Alemanha) na reunião do Conselho da Competitividade de Dezembro.

A Deputada afirmou que **só uma resposta a nível global conseguirá libertar o potencial da indústria europeia, tornando-o um motor de crescimento e criação de emprego**.

A concluir salientou que o **orçamento europeu para 2014-2020 deve dar um sinal importante** e colocar como prioridade as políticas que mais contribuem para o crescimento: isto é, ciência, inovação, educação e apoio às PME. 

Orçamento da UE 2014/2020 - Carlos Coelho e José Manuel Fernandes insurgem-se contra secretismo do Conselho

Em duas perguntas dirigidas ao Conselho e à Comissão Europeia, os Deputados do PSD, **José Manuel Fernandes** e **Carlos Coelho**, exigem saber o conteúdo das negociações que parecem estar rodeadas de um condenável secretismo.

Os Deputados social-democratas recordam que “O Conselho Europeu nos dias 7 e 8 de Fevereiro de 2013 chegou a um acordo relativamente ao Quadro Financeiro Plurianual 2014/2020. Embora esse acordo não se possa considerar como definitivo dado ser necessário o parecer favorável do Parlamento Europeu, é certo que houve deliberações do Conselho quanto à estrutura, montantes de cada rubrica, critérios para distribuição das verbas da política de coesão (FEDER, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão) e da política agrícola comum, métodos de correcção, do Quadro Financeiro Plurianual 2014/2020.”

José Manuel Fernandes e Carlos Coelhos exigem saber:

1. Relativamente à **Política de Coesão** qual é o montante que cada Estado-Membro receberá para o período 2014/2020?
2. Relativamente à **Política Agrícola Comum** qual é o montante que cada Estado-Membro receberá para o período 2014/2020?
3. Qual é o montante do **mecanismo de correcção para o Reino Unido** para o período 2014/2020?
4. Quais são os **outros mecanismos de correcção** que continuam e quais são os Estados-Membros que deles beneficiam e o respectivo montante para o período 2014/2020?
5. Quais são os novos **mecanismos de correcção, de excepção ou redução de taxas**, nomeadamente no IVA, e quais são os Estados-Membros que deles beneficiam e o respectivo montante para o período 2014/2020? 



Relatório sobre substâncias radioativas presentes na água destinada ao consumo humano conta com o apoio de Regina Bastos

O acesso dos cidadãos à água potável é uma das principais preocupações das políticas nos domínios da saúde humana e da protecção ambiental.

A proposta da Comissão visa incorporar as exigências de controlo de substâncias radioactivas em legislação específica ao abrigo do Tratado Euratom para manter a uniformidade, a coerência e a integralidade da legislação em matéria de protecção contra radiações a nível da União Europeia. Para proteger a saúde pública na Europa de forma eficaz e coerente, é necessário distinguir o que resulta da radioactividade natural e o que resulta do funcionamento normal das instalações nucle-

ares (radioactividade artificial e/ou de origem humana).

Recomenda-se o seguimento do princípio do poluidor-pagador relativamente aos custos da amostragem e do controlo em caso de poluição artificial.

É importante que os cidadãos estejam informados acerca da qualidade da água destinada ao consumo humano. Os Estados-Membros devem, por isso, incluir nos seus relatórios trienais sobre a qualidade da água destinada ao consumo humano e sobre a segurança nuclear informações sobre substâncias radioactivas presentes neste tipo de águas.” 

Livro sem Fronteiras apresentado em Lisboa, Braga e Porto



A obra contextualiza as políticas de juventude na Europa e apresenta toda a informação necessária para a concretização de candidaturas a uma extensa lista de programas de apoio. O livro inclui ainda estatísticas úteis ligadas às actividades dos jovens em Portugal e na União Europeia.

O Deputado **José Manuel Fernandes** lançou uma obra chamada “*Sem Fronteiras - Programas disponíveis para Jovens*”.

A obra **contextualiza as políticas de juventude** na Europa e apresenta uma caracterização exaustiva bem como as mais diversas **informações necessárias para a concretização de candidaturas** a uma extensa lista de programas de apoio, para além de diversos números ligados às actividades

dos jovens em Portugal e na União Europeia. Tem como objectivo **facultar aos jovens e diferentes instituições ligadas à juventude de todos os programas de apoio disponíveis** nas áreas da educação, cultura, formação profissional e juventude.

Com cerca de 650 páginas, o livro ‘*Sem Fronteiras – Programas disponíveis para jovens*’ compila uma série de programas cujo montante global de financiamento, ao abrigo do orçamento da União Europeia para

o período 2007 a 2013, **ascende a mais de 16 mil milhões de euros**. Explicita ainda as políticas europeias e informação estatística sobre juventude.

O livro foi apresentado em iniciativas muito concorridas em Braga, Lisboa e Porto em eventos que contaram com a participação do então Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, **Alexandre Mestre** e dos Deputados **Paulo Rangel** e **Carlos Coelho**. 